

16/12/2004

COORD. DE ANÁLISE DE JURISPRUDÊNCIA

D.J. 04.03.2005

PRIMEIRA TURMA

EMENTÁRIO Nº 2 1 8 2 - 4**AG.REG.NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 217.579-1 PERNAMBUCO**

RELATOR	: MIN. CEZAR PELUSO
AGRAVANTE	: ESTADO DE PERNAMBUCO
ADVOGADOS	: PGE-PE -SÉRGIO AUGUSTO SANTANA SILVA E OUTROS
AGRAVADO	: JOSEMIL JANUÁRIO DA SILVA
ADVOGADO	: FRANCISCO FERREIRA GUIMARÃES FILHO

EMENTAS: 1. **RECURSO. Extraordinário. Servidor público. Policial militar. Licenciamento "ex officio". A ausência de processo administrativo para a apuração da culpa ou dolo do servidor. Princípio do contraditório e da ampla defesa. Inobservância.** Recurso provido. À demissão do servidor público, com ou sem estabilidade no cargo, deve preceder processo administrativo para a apuração da culpa, assegurando-lhe a ampla defesa e o contraditório.

2. **RECURSO. Agravo. Regimental. Jurisprudência assentada sobre a matéria. Caráter meramente abusivo. Litigância de má-fé. Imposição de multa. Aplicação do art. 557, § 2º, cc. arts. 14, II e III, e 17, VII, do CPC.** Quando abusiva a interposição de agravo, manifestamente inadmissível ou infundado, deve o Tribunal condenar o agravante a pagar multa ao agravado.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, sob a Presidência do Senhor Ministro SEPÚLVEDA PERTENCE, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em negar provimento ao agravo regimental no recurso extraordinário, nos termos do voto do Relator.
Brasília, 16 de dezembro de 2004.

**CEZAR PELUSO - RELATOR**

16/12/2004

PRIMEIRA TURMA

AG.REG.NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 217.579-1 PERNAMBUCO

RELATOR	: MIN. CEZAR PELUSO
AGRAVANTE	: ESTADO DE PERNAMBUCO
ADVOGADOS	: PGE-PE -SÉRGIO AUGUSTO SANTANA SILVA E OUTROS
AGRAVADO	: JOSEMIL JANUÁRIO DA SILVA
ADVOGADO	: FRANCISCO FERREIRA GUIMARÃES FILHO

RELATÓRIO**O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO: -**

Trata-se de agravo interposto contra decisão do teor seguinte :

“1. No parecer de fls. 135, o ilustre Subprocurador-Geral da República Dr. ROBERTO MONTEIRO GURGEL SANTOS resumiu a hipótese e, em seguida, opinou, nos seguintes termos:

“Trata-se de recurso extraordinário interposto de acórdão que confirmou ato administrativo de demissão de servidor público militar não estável, negando, conseqüentemente, a sua reintegração, ao argumento de que a legislação especial autoriza o licenciamento “ex officio”.

Esse Colendo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do MS nº 21.721, Rel.: Min. MOREIRA ALVES, Plenário DJ 10/06/94, decidiu que a desobediência ao princípio do contraditório e a caracterização do cerceamento de defesa, acarreta nulidade do ato demissório, sem prejuízo da instauração de novo inquérito administrativo.

Assim, opina o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL pelo provimento do recurso.

Brasília-DF, 23 de setembro de 1997.

(a) ROBERTO MONTEIRO GURGEL SANTOS
Subprocurador-Geral da República”.

2. Adotando a exposição, a fundamentação e a conclusão do parecer do Ministério Público federal, e valendo-me do disposto no art. 557, § 1º, do Código de Processo Civil, com a redação dada pela Lei nº 9.756, de 17.12.1998, conheço do presente Recurso Extraordinário e lhedou provimento, para anular o ato demissório, sem prejuízo da instauração de novo inquérito administrativo.”.(fl. 137)



Insiste o agravante no processamento do recurso extraordinário,
pelas razões expostas a fls. 139/144.

É o relatório.



V O T O

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO - (Relator):

1. A decisão agravada invocou e resumiu os fundamentos do entendimento invariável da Corte, cujo teor subsiste invulnerável aos argumentos do recurso, os quais nada acrescentaram à compreensão e ao desate da *quaestio iuris*.

É oportuno, aliás, advertir que o disposto no art. 544, §§ 3º e 4º, e no art. 557, ambos do Código de Processo Civil, desvela o grau da autoridade que o ordenamento jurídico atribui, em nome da segurança jurídica, às súmulas e, posto que não sumulada, à jurisprudência dominante, sobretudo desta Corte, as quais não podem desrespeitadas nem controvertidas sem graves razões jurídicas capazes de lhes autorizar revisão ou reconsideração. De modo que o inconformismo sistemático, manifestado em recursos carentes de fundamentos novos, não pode deixar de ser visto senão como abuso do poder recursal.

Ao presente agravo, que não traz argumentos sérios para ditar eventual releitura da orientação assentada pela Corte, não sobra, pois, senão caráter só abusivo. Há aqui, além da violação específica à norma proibitiva inserta no art. 557, § 2º, do Código de Processo Civil, desatenção séria e danosa ao dever de lealdade processual (arts. 14, II e III, e 17, VII), até porque recursos como este roubam à Corte, já notoriamente sobrecarregada, tempo precioso para cuidar de assuntos graves. A litigância de má-fé não é ofensiva apenas à



parte adversa, mas também à dignidade do Tribunal e à alta função pública do processo.

2. Isto posto, nego provimento ao agravo, mantendo a decisão agravada por seus próprios fundamentos, e condeno o agravante a pagar à agravada a multa de 5% (cinco por cento) do valor corrigido da causa, ficando condicionada, a interposição de qualquer outro recurso, ao depósito da respectiva quantia, tudo nos termos do art. 557, § 2º, cc. arts. 14, II e III, e 17, VII, do Código de Processo Civil.



Ministro **CEZAR PELUSO**
Relator

PRIMEIRA TURMA

EXTRATO DE ATA

AG.REG.NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 217.579-1

PROCED.: PERNAMBUCO

RELATOR : MIN. CEZAR PELUSO

AGTE.: ESTADO DE PERNAMBUCO

ADVDS.: PGE-PE -SÉRGIO AUGUSTO SANTANA SILVA E OUTROS

AGDO.: JOSEMIL JANUÁRIO DA SILVA

ADV.: FRANCISCO FERREIRA GUIMARÃES FILHO

Decisão: A Turma negou provimento ao agravo regimental no recurso extraordinário, nos termos do voto do Relator. Unânime. 1ª. Turma, 16.12.2004.

Presidência do Ministro Sepúlveda Pertence. Presentes à Sessão os Ministros Marco Aurélio, Cezar Peluso, Carlos Britto e Eros Grau.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Eitel Santiago de Brito Pereira.

Ricardo  Dias Duarte
Coordenador